



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000297775

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1008921-98.2024.8.26.0224/50000, da Comarca de Guarulhos, em que é embargante SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRACAO PUBLICA MUNICIPAL DE GUARULHOS, é embargado MUNICÍPIO DE GUARULHOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RICARDO ANAFE (Presidente), BORELLI THOMAZ E FLORA MARIA NESI TOSSI SILVA.

São Paulo, 27 de março de 2025.

RICARDO ANAFE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Embargos de Declaração nº 1008921-98.2024.8.26.0224/50000

Embargante: Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública Municipal de Guarulhos

Embargado: Municipalidade de Guarulhos

TJSP – (Voto nº 33.834)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Alegação de omissão e contradição.

Verdadeiro pedido de novo exame da matéria de fundo – Inviabilidade - O julgado, demais, não precisa observar todos os argumentos, nem tampouco responder a todas as questões.

Embargos rejeitados.

1. Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública Municipal de Guarulhos, nos quais se deduz omissão e contradição no acórdão de fl. 422/434.

Este, em síntese, o relatório.

2. São embargos declaratórios, sob o fundamento da omissão e contradição.

Em verdade, nada a aclarar na decisão embargada. Não passam estes Embargos de tentativa de modificar a decisão alcançada; daí o seu caráter infringente.

As questões postas na lide foram examinadas e decididas pela Turma Julgadora, não havendo obscuridade, dúvida, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada. Tal circunstância, porém, não enseja a revisão da matéria como pretende o embargante.

Consoante lançado no *decisum* embargado, o abono, na forma concedida, revela-se aumento genérico de vencimento, o que autoriza sua incorporação ao padrão (vencimento) dos servidores e, por consectário, implica em adequação ao piso nacional da categoria e ao comando estampado no artigo 30, parágrafo 3^a, da Lei Municipal nº 6.058/2005, com a redação dada pela Lei Municipal nº 6711/2010, que estabelece que o salário inicial do quadro do magistério não pode ser inferior ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica.

Não se trata de consideração da remuneração para fins de adequação ao piso nacional da carreira, mas sim de concessão de verba específica que se incorpora ao padrão de vencimento para todos os fins, inclusive para efeito de cálculo de qualquer vantagem pecuniária e cômputo do décimo terceiro salário e férias, incidindo sobre ela os descontos previdenciários, ante expressa previsão legal (art. 3º, parágrafos 1º e 2º dos Decretos nº 40.119/2023 e 40.999/2024).

No entanto, tal fato, per si, não autoriza o repique automático sobre todos os padrões, faixas e níveis da carreira, o que exige previsão em legislação local (Tema 911/STF).

O abono não viola o princípio constitucional da legalidade, tampouco o da irredutibilidade salarial, mormente porque a decisão embargada reconhece seu caráter genérico e determina sua incorporação ao padrão de vencimento (fl. 432).

De qualquer forma, cumpre observar que os Embargos de Declaração não têm função infringente, não servem para esclarecer dúvida subjetiva nem para reforma da conclusão do julgado. Tentativa de reexame de questões largamente debatidas no Acórdão embargado é insuscetível de renovar-se. Inexistência de dúvida, obscuridade, omissão ou contradição. Alegação implícita de erro de julgamento, daí o caráter infringente (RTJ 101/1053, 113/768 e DJU 8.4.88, RHC 65.758-3).

Nos Embargos de Declaração nº 210.481-1/6, relatados pelo eminente Desembargador Munhoz Soares, consignou-se que **“o inolvidável Pimenta Bueno, já dizia que, nos embargos de declaração, não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento. Esta interpretação decorre do fato de que o objetivo de declarar não significa, em hipótese alguma, reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova (cf. RJTJSP 92/328). Aliás, deste entendimento não discrepa Pontes de Miranda que, por igual, preleciona que nos embargos declaratórios não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima”** (RJTJSP 87/324).

O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes

julgamentos, vem decidindo que os embargos declaratórios não podem, mesmo a pretexto de suprir omissão ou corrigir obscuridade ou contradição, alterar, na substância, a decisão embargada (RJTJSP 99/354, 98/377; RTJ 120/773 e 121/260).

Ante tais motivos é que, desde logo, se evidenciaram o conteúdo e os contornos nitidamente infringentes dos embargos opostos. Aliás, mesmo em sede de embargos de declaração, conforme adverte Mário Guimarães **“não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não”** (*in* O Juiz e a Função Jurisdicional, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz **“que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia.”** (RT 413/325).

Nestas condições, esta Corte, já se decidiu que não está o Tribunal obrigado a **“ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.”** (Cf. RJTJSP 111/114).

Também não se exige, na matéria, a enumeração de

dispositivos legais, pois a esse respeito já entendeu este Tribunal: **“Do mesmo modo, não cabe esse recurso em matéria cível para o judiciário mencionar qual a lei, ou o artigo dela, ou da Constituição Federal, etc., que esteja a aplicar. Deixar de fazê-lo não é omissão no sentido legal: não existe tal pressuposto para a completude do julgamento cível. Essa subsunção de natureza tópica é assunto para qualquer intérprete. Para a fundamentação do julgado o necessário e suficiente é que se trabalhe mentalmente com os conceitos vigentes contidos no sistema jurídico”** (Embargos de Declaração nº 147.433-1/4-01-SP, citado nos Embargos de Declaração nº 199.368-1, em que foi Relator o Desembargador Guimarães e Souza).

De tudo resulta, pois, inexistir qualquer vício a tisonar o acórdão embargado, nada havendo que se acrescentar ou esclarecer, quanto eventual prequestionamento, vez que o *decisum* não afrontou nem negou vigência a nenhum dos artigos mencionados no processo, os quais ficam na integralidade aqui incorporados.

3. À vista do exposto, pelo meu voto, rejeito os embargos.

Ricardo Anafe
Relator